

# Partidos e impostos, prioridades do Congresso

Sérgio Amaral — 11/7/95

## ■ Previdência e reforma do Estado, só no ano que vem

**Quarta-feira:** o ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, diz que o governo se concentraria na votação da reforma da Previdência e da reforma tributária este ano.

**Quinta-feira:** após encontro com parlamentares do PFL, Stephanes admite que reforma previdenciária, só no próximo ano. “O ideal seria votar este semestre, mas os parlamentares têm uma agenda pesada pela frente”, justificou.

OSWALDO BUARIM JR.

BRASÍLIA — A cena de um ministro desmentindo-se exatas 24 horas depois de afirmar o empenho do governo em favor de sua causa mostra bem a preocupação que o Congresso terá, neste semestre, com as questões políticas que o afetam diretamente. Previdência, reforma do Estado e regulamentação de emendas constitucionais aprovadas no primeiro semestre ficarão no fim da fila de prioridades montada pelas lideranças governistas na Câmara.

Após um mês de férias, os deputados encontrarão na pauta da Câmara, terça-feira, um assunto de puro caráter político: a nova lei dos partidos e a reforma eleitoral para o pleito do próximo ano. Além do assunto do momento, que monopoliza o interesse da equipe econômica, de governadores e prefeitos: a reforma fiscal e tributária.

**Exigências** — No campo político-eleitoral, as propostas em debate são de interesse dos partidos majoritários porque aumentam as exigências para existência dos partidos pequenos, ao proibir coligações nas eleições parlamentares e exigir pelo menos 5% dos votos para a Câmara dos Deputados como pré-condição ao funcionamento de uma legenda. Também serão arrojados os critérios para o tempo de propaganda na TV e a dança entre legendas.

Draconiana com os *nanicos*, a reforma eleitoral e a lei dos partidos é o assunto que mais seduz PFL e PSDB, os dois pilares do governo que lutam para ampliar suas bancadas para, a exemplo do que disse o tucano ministro das Comunicações, Sérgio Motta, ficar 20 anos no poder. Ao criar empecilhos para os pequenos ampliarem para um ano o prazo limite para troca de partidos, PFL e PSDB se aplicam no aumento certo de suas bancadas, com fortalecimento do poder dos caciques regionais, especialmente os bem recebidos pelo Palácio do Planalto. No rastro, podem ainda ser votadas emendas constitucionais para permitir a reeleição do presidente, dos governadores e prefeitos.

Com o pretexto de que as novas regras têm que estar prontas até outubro — um ano antes da eleição para prefeito —, tucanos e pefelistas querem votar já os dois projetos. O PFL busca a incorporação de pequenos partidos conservadores, enquanto o PSDB espera herdar uma parcela do PMDB.

**Guerra fiscal** — O único projeto que concorrerá com esta pauta política é a emenda da reforma tributária, discussão nacional que está na ordem do dia de todos os administradores públicos — do presidente aos prefeitos de pequenos municípios. A *guerra fiscal* deflagrada por alguns governadores expôs a crise da distribuição de renda entre estados ricos e pobres e antecipou o assunto, que precisa ser decidido até 31 de dezembro para vigorar no próximo ano.

Olhar para o próprio umbigo, no entanto, pode tirar do Congresso a capacidade de decidir sempre de acordo com as pretensões do presidente, como aconteceu no primeiro semestre. “Esta questão mal conduzida poderá alterar muito a posição do governo no Congresso”, avisa o deputado Prisco Viana (PPR-BA), um dos especialistas em legislação eleitoral e organização partidária.

Na opinião do deputado, a cooptação de parlamentares deflagrada pelo PFL e o PSDB enfrentará reações e pode “radicalizar o processo político no Congresso”: os partidos governistas querem a reforma a seu modo porque têm “mais argumentação, mais atrativos” para oferecer aos *nanicos*.



A reforma que Stephanes quer, a da Previdência, fica no fim da fila de prioridades na volta do Congresso